A reflexão patrimonial no contexto da formação em arquitectura

Autor(es): Cabeleira, João
Publicado por: Editorial do Departamento de Arquitectura
URL persistente: [URI:http://hdl.handle.net/10316.2/39945](http://hdl.handle.net/10316.2/39945)
DOI: [DOI:https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_11](https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_11)
Accessed : 26-Apr-2023 03:13:14

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

JOELHO

06

A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO / THE BUILT HERITAGE DEBATE

—
Coordenação / Coordination:

Jorge Figueira

Rui Lobo

Adelino Gonçalves

Gonçalo Canto Moniz

Rede PHI Património

*Histórico+cultural Ibero-
americano*

Alexandre Alves Costa

Ana Tostões

Ana Vaz Milheiro

Carolina Castañeda López

Fátima Fernandes

Flavio Carsalade

João Cabeleira

Joaquín Ibáñez Montoya

Madalena Pinto da Silva

María Estévez de Gamón

Maryan Alvarez-Builla

Gomez

Paulo Tormenta Pinto

Walter Rossa

Exposição

República: Arquitetura,
Universidade e Cidade

João Cabeleira EAUM, PORTUGAL

A reflexão Patrimonial no contexto da formação em arquitectura

1.

O binómio Projecto-Investigação é tomado, na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, como valor basilar à acção arquitectónica. Servindo simultaneamente à cogitação e proposição espacial, este incorpora as problemáticas relativas ao património, seja no que se refere ao edifício ou à amplitude da paisagem – que se considera, sempre, um artefacto, mais ou menos modelado –, seja do primitivo ao contemporâneo, ou do objecto histórico-artístico à construção anónima, a partir de onde se aborda a complexidade de escalas que integram o legado material que estrutura e caracteriza o quadro espacial humanizado.

Se esta concepção de património é ampla, é esta mesma que nos permite desvincular de um posicionamento estanque da matéria ou dos lugares e dos tempos para, sob os desígnios do acto de pensar e projectar arquitectura, nos orientar numa atitude operativa segundo princípios da intervenção continuada sobre os objectos e marcas que, consubstanciada por um olhar informado e sensível, estimule evidências do passado e active desenvolvimentos futuros.

Tendo em conta que a acção e relação com a matéria pré-existente é constante ao longo do curso da construção dos lugares, tanto na escala do edificado mas de modo ainda mais evidente na da paisagem, o recurso e (re)uso do material disponível é entendido, mais do que a partir da consciencialização e formulação do projecto sob teorias patrimoniais, como condição inerente ao acto de projectar, pressupondo um forte reconhecimento da cultura espacial a par de imperativos de ordem económica, temporal, política ou técnica, ainda que nem sempre evidentes ou reconhecidos através do desenho.

2.

Na sua globalidade os lugares colonizados pelo Homem constituem-se enquanto reflexo do material acumulado pela sociedade ao longo da sua história expressando fisicamente sistemas de produção, conhecimento e organização humana. Deste modo consideramos sob o termo património as estruturas sujeitas ao armazenamento e transmissão das virtualidades materiais e imateriais da civilização, assunção genérica que torna indispensável a capacidade crítica e avaliativa daqueles que têm o encargo de desenhar a intervenção. O mesmo termo reporta-se a diferentes escalas do artificioso ‘melhoramento da natureza’ que é a arquitectura, proporcionando uma reflexão das suas condicionantes e valias desde os modelos de construção, a configuração de organismos edificados e a forma da cidade e da paisagem/território. Pressupostos que reúnem uma multiplicidade de escalas, sejam estas relativas à extensão dos factos, sejam à sua vocação e capacidade de depósito e expressão civilizacional, reflectidos na estrutura, forma e carácter do quadro espacial humano.

À investigação/projecto e projecto como investigação é inerente a formação de um olhar que, regulado pela prática e pensamento

arquitectónico, pressupõe componentes de análise e observação do documento existente, seja esta por via arquivística ou relativa ao legado material a partir do qual se estimula a construção de uma leitura da acção humana impressa de forma sobreposta, na paisagem edificada. Sendo o destino o projecto, a capacidade de ler e reinterpretar o objecto de estudo, manipulando-o, o posicionamento que aqui se pretende expressar evidencia a libertação de uma lógica de reducionismo patrimonial, frequentemente circunscrito ao artefacto construído, explorando-se âmbitos sistémicos do edifício na cidade e na paisagem, articulando a complexidade de elementos que participam na conformação dos lugares.

A ideia perseguida, de amplificar a possibilidade operativa do património material, não se cinge à identificação de figuras reconhecidamente memoriais e simbólicas. É uma visão orientada sob lógicas de apropriação da matéria arquitectónica, encontrando-se os seus valores na acção concertada do tempo e sucessão de gerações que lhe atribuem – ou atribuíram – significados vários, muitas vezes entretanto diluídos. Inseridos numa linha temporal contínua, porém arritmica, que expressa modelos de pensamento e consciência colectiva, estudam-se artefactos e contextos semânticos no seu ajustamento a realidades históricas e socioeconómicas.

Procura-se também uma leitura que extravasa a ideia de património enquanto suporte documental passivo para assumir a sua matéria como facto presente, transpondo-a em componente activo, factor dinâmico que simultaneamente incluiu ou recusou valores do passado e memórias, em opções que, compreendidas, lhe conferem profundidade e referência.

É com esta passagem que o património supera a condição de mero acumulador de história(s), para se abrir e despoletar processos de pensamento que fortalecem a dimensão identitária dos lugares em permanente redefinição. A par com a, também contínua, construção da memória colectiva, articulam-se matéria e construção dos espíritos.

É na distância a modelos de cristalização do documento construído e das estruturas de organização espacial, que se entende a validade patrimonial sob uma tripla conjugação de elementos: matéria, uso e reconhecimento. Embora a discussão sobre a intervenção patrimonial tenda a incidir na matéria, valorizando o suporte e a sua qualidade construtiva ou artística, uma abordagem mais lata do quadro espacial e suas capacidades na perpetuação da memória e valores latentes só é possível por meio do estabelecimento de relações entre os factos construídos e a apropriação contemporânea. Ao orientar-se o Projecto-Investigação sob estes pressupostos permite-se que o reconhecimento da herança colectiva ultrapasse o excessivo centramento em figuras memoriais e inclua usos, vivências e empatias dos lugares. A vida do património e respectiva capacidade reflexiva só é possível por meio da manipulação dialéctica entre representação física e sociedade, contribuindo o desenho arquitectónico para a sua construção mútua e continuada.

3.

Emergindo a ideia de uma metodologia de intervenção sobre factos patrimoniais, esta parece debater-se entre a assunção de constantes universais, relativas ao processo indagador e crítico que caracteriza o acto de projectar, e as exigências consequentes às singularidades de cada contexto, nas suas valências físicas ou humanas, assimilando fenómenos peculiares aí representados ou latentes.

Denotando a necessidade de um equilíbrio entre universalidade e casuística da acção de projecto, compatibilizamo-nos com a alegação de Solà-Morales (*Dal contrasto all'analogia*, 1985) face ao engano de uma doutrina de conhecimento e intervenção sobre os factos arquitectónicos. Sendo impossível definir a visão do projecto *a priori*, alicerçando-se sob padrões previamente estabelecidos e generalizantes ou abstracções conducentes a um entendimento dos factos por defeito, é necessário partir das exigências e particularidades inerentes ao objecto integrando a complexidade de conteúdos materiais e culturais determinantes ao seu valor e validade patrimonial. Renuncia-se assim tanto a uma facção romântica e conservadora, que institui os lugares como entidades imutáveis, conduzindo a efeitos de cristalização absoluta no tempo ou, no campo oposto, a afirmação categórica de um desenho, para se consolidar a reflexão sob uma visão mais progressista que viabiliza a transformação e adaptação da matéria num processo contínuo de sedimentação de qualificação do quadro espacial.

4.

Dos trabalhos seleccionados a integrar o arquivo digital da rede PHI, elaborados no âmbito do 2º ciclo de estudos da EAUM, procura-se expressar o entendimento atrás descrito. Trabalhos que variam entre a análise e intervenção sobre reconhecido objecto de valor histórico-artístico (cuja montagem de proposta implique a articulação de um programa complexo que tome em consideração as especificidades da peça e suas relações com a envolvente física e socioeconómica), ou a avaliação e operação à escala do território (onde se exploram vocações ambientais e paisagistas motivando a restituição de significados e usos do lugar).

Em *Intervir no construído: a reabilitação do Convento de Santa Rosa de Lima, em Guimarães* (da autoria de João Pedro Silva no âmbito do Atelier_1C, História e Ucronia, 4º ano) parte-se do diagnóstico do objecto, o qual se fundamenta na pesquisa arquivística e interpretação documental (reconstituindo a evolução histórico-construtiva do edifício) a par da sua avaliação material (sintetizada em tabelas de patologias e no registo estratigráfico das fachadas e compartimentos mais relevantes). Uma operação imprescindível no suporte ao projecto e sua definição programática (encontrando usos e justificações para uma operação de reabilitação que servissem de motor na reactivação urbana do velho edifício conventual e da sua cerca) como à hierarquização dos princípios orientadores da proposta de intervenção (invocando valores construtivos e figurativos do objecto).

Entendendo o edifício como resultado de múltiplas vontades e tempos, a proposta de intervenção não se desejou vincular a um período histórico dominante, pretendendo-se antes que esta corroborasse a sua contínua evolução conceptual, formal e funcional. Simultaneamente, e retirando partido das transformações ocorridas na envolvente, considera-se o edifício e cerca associada a participar activamente no contexto urbano actual. Assim, acompanhando estas exigências, o projecto solicita a reflexão em torno das diferentes modalidades de intervenção no edificado (restauro, conservação, reabilitação e edificação nova) reconhecendo o conceito de *longue-durée* no desejo de construir futuros ossíveis em torno da reinterpretção física, funcional e simbólica do legado arquitectónico.

Por outro lado *“A rota e o ancoradouro como estratégia para a requalificação do Rio Lima”* (dissertação de mestrado elaborada por Clara Araújo no âmbito do Laboratório de Investigação), revela a reflexão sobre o modo de intervenção para a requalificação do Estuário do Rio Lima. Instigada pela impressão a partir da experiência do lugar, reconheceu-se a partir daí uma realidade de descontinuidades impermeáveis à passagem e, simultaneamente, uma realidade de abandono em diferentes estados, quer de estruturas terrestres e fluviais, quer de percursos, ou parcelas, nas margens do Rio Lima, reflexo de um processo de desvinculamento do indivíduo face ao seu meio. Incidindo sobre o estuário do Lima reconhecem-se os processos de consolidação da realidade em estudo a partir de documentação cartográfica e análise *in situ*. Daí se constata a existência de ancoradouros, docas e casas de apoio à actividade piscatória, a par de antigas salinas, lagoas e diversas ligações ao rio (desembarcadouros). Vestígios que, tendo assegurado a actividade passada da paisagem, conduziram ao reconhecimento de rotas (fé, vinho, feiras, mercadorias e pesca, existentes desde o séc. XIV), reclamadas como programa da intervenção, visam assim articular as Paisagens da margem, instigando o ancoradouro numa estratégia de consolidação e valorização.

A proposta visa requalificar o estuário, partindo da necessidade de restituir o sentido de lugar e incitar o contacto do sujeito com o meio. Recuperam-se pré-existências (a rota do vinho com ancoradouro fixo e unidade de prova de vinhos ou a rota dos pescadores com ancoradouro flexível e unidade de apoio) ao mesmo tempo que se potenciam outras (rota de recreio, com ancoradouro e piscina fluvial; rota de desporto náutico, com rampas de acesso e unidade de apoio; rota de estudo e observação da flora e avifauna local, com ancoradouros/ miradouros, estruturas extensíveis para o interior das margens). Ao estabelecer rotas temáticas que ligam pontos comuns, Paisagens com características diferenciadas são aproximadas e a sua identidade é reforçada no todo. Assim, confere-se continuidade, coesão e unidade ao estuário reinterpretando o material existente mediante temas actuais.

5.

Reconhecendo que no campo patrimonial nos movimentamos em âmbito largo, numa trajetória que oscila entre o restauro integral e o 'abandono' do sítio às consequências do tempo, salvaguardar e valorizar o legado arquitectónico e ambiental – imbuído, sempre, de carga imaterial –, implicará, então, a procura de coerências outras que, solicitadas pela condição actual, re-signifiquem as particularidades notáveis dos espaços sobre que a intervenção arquitectónica procede.

Fundamentando o seu propósito de contemporaneidade em argumentos de ordem arquitectónica, simbólica e de uso, nesta perspectiva o desenho deverá, face à pré-existência e à sua linhagem histórica e circunstância cultural, sugerir novas aproximações, amplificar formas de conhecimento e apropriação, materializar, enfim, suportes favoráveis à expressão de uma sociedade progressivamente heterogénea que reclama o *direito à cidade*.

Se todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será re-suscitadora de memórias se não se limitar à perspectiva gnosiológica e fria (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for medida pela afectividade e pela partilha comunitária com outros.

Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, 2001